

As oposições à ditadura: resistência e integração

Marcelo Ridenti

In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014 [no prelo]

Força e legitimação

As oposições à ditadura instaurada no Brasil em 1964 só podem ser compreendidas em conexão com o devir do próprio regime, em seus vários momentos, que combinaram diferenciadamente o uso da força e tentativas de legitimação.

Sabe-se, para usar formulações de Max Weber (1999 [1922]), que a dominação só alcança alguma estabilidade se não se restringir ao uso da força. Qualquer regime só pode durar ao longo do tempo se construir alguma base de legitimidade. Nos termos de Antonio Gramsci (2004 [1948]), a política envolve aspectos de força e convencimento. A relação entre dominantes e dominados, mesmo em regimes autoritários, deve ser compreendida não só com base no confronto, mas também na negociação ou ao menos em concessões aos adversários, sem as quais não se constrói uma base de legitimidade. Negociar e conceder implicam o reconhecimento do outro, levando em conta a oposição, que assim precisa ser entendida em seu encadeamento com a situação. Em suma, as oposições e a ditadura na sociedade brasileira devem ser compreendidas de modo relacional, envolvendo zonas intermediárias entre colaborar e resistir.¹

Sem hesitar em usar a força, os golpistas de 1964 preocuparam-se também com sua legitimidade. O golpe foi dado em nome da democracia, supostamente ameaçada. O regime instaurado jamais se assumiu como uma ditadura, no máximo como “democracia relativa”. Sempre se preocupou em manter uma fachada democrática. O Congresso funcionou durante quase todo o período, apesar das cassações de mandatos parlamentares em momentos de crise, da imposição do bipartidarismo no final de 1965, e do seu fechamento de tempos em tempos, além de outros constrangimentos. Havia julgamento legal de prisioneiros políticos, embora na Justiça Militar e sob leis duras, sem contar perseguições a opositores, torturas e mortes à margem da lei do próprio regime. Os militares governaram sob a vigência de uma Constituição, mesmo com os

¹ Uma bibliografia mais detalhada sobre os temas tratados aqui encontra-se nas recentes reedições de meus livros *O fantasma da revolução brasileira* (Ridenti, 2010) e *Em busca do povo brasileiro* (2013). Para um amplo levantamento bibliográfico sobre o tempo da ditadura, ver a obra de Carlos Fico (2004).

limites daquela de 1967, reformada estruturalmente em 1969 em sentido ainda mais autoritário.

Num primeiro momento, em plena guerra fria, o golpe buscou legitimar-se junto a segmentos expressivos de uma parte da sociedade que se sentia ameaçada por um suposto avanço do comunismo, do sindicalismo e da corrupção. O suporte civil vinha do empresariado nacional e multinacional, das oligarquias rurais, de setores das classes médias, da grande imprensa, de instituições religiosas e de profissionais liberais, até mesmo de alguns trabalhadores. Sem contar o apoio expresso ou velado da maior parte dos integrantes de partidos legais, que por isso mesmo continuaram funcionando até outubro de 1965, uma vez afastados seus integrantes acusados de subversão da ordem: foram cassados mais de 50 deputados federais, cuja maioria vinha da ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de outras agremiações menores. Apesar das divergências históricas entre eles, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), e uma parte significativa do PTB eram predominantemente conservadores. A UDN participou ostensivamente do golpe, assim como outras agremiações, caso do Partido Social Progressista (PSP), do governador de São Paulo Adhemar de Barros, sem contar lideranças expressivas do PSD, algumas das quais fariam história posteriormente na oposição, como o deputado Ulysses Guimarães.

Derrubou-se um governo constitucional que era respaldado por outros setores sociais significativos, que englobavam trabalhadores organizados em sindicatos, partidos e movimentos no campo e na cidade, segmentos das classes médias intelectualizadas e parte das elites, sobretudo as vinculadas ao aparelho de Estado. Foram realizadas prisões, intervenções em sindicatos e movimentos populares, cassações, expulsão de funcionários civis e militares de seus cargos, abertura de Inquéritos Policiais Militares e toda sorte de violência e humilhação contra os adeptos do governo deposto, até mesmo alguns assassinatos.

Os trabalhadores organizados em sindicatos e partidos foram os mais atingidos pela repressão golpista. Em 1964 e 1965, diretorias de mais de trezentas entidades sindicais foram destituídas; confederações de empregados sofreram intervenção, revogaram-se conquistas trabalhistas, praticamente se extinguiu o direito de greve, além das prisões e processos contra trabalhadores que foram acusados de subverter a ordem democrática. Comunistas e reformistas em geral foram especialmente visados, como os lavradores que lutavam pela reforma agrária, os integrantes de movimentos de

marinheiros e de sargentos que contestavam a hierarquia militar, líderes do movimento estudantil e outros.

Reprimidos e atarantados pelo golpe, a que praticamente não opuseram resistência imediata, os apoiadores do regime deposto e seus críticos de esquerda tentaram articular uma oposição à ditadura ao longo de 1964 e 1965, que combinava aspectos legais e clandestinos, a partir do Brasil e também do exílio. No meio intelectualizado surgiram algumas das primeiras manifestações públicas de oposição ao regime: matérias no jornal carioca *Correio da Manhã* (que, de início, apoiara o golpe), a manifestação dos “oito do Glória”, que levou para a cadeia oito intelectuais e artistas que protestavam contra o regime, o *show Opinião* no Rio de Janeiro, a criação da Revista Civilização Brasileira e assim por diante.

A oposição clandestina

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outros de inspiração marxista, que já eram proibidos antes de 1964 – porém tinham seu funcionamento tolerado na conjuntura anterior ao golpe – foram duramente perseguidos desde então.² Eles tiveram seu momento de maior influência política no início dos anos 1960, quando na sociedade como um todo ganhava destaque o tema da “revolução brasileira”, fosse nacional-democrática ou socialista. Conquistaram mais terreno aqueles que, a exemplo do PCB, associaram-se a trabalhistas e outras forças num projeto de reformas de base que acabou derrotado com o golpe.

Instalada a ditadura, o eixo da política de esquerda estabeleceu-se em torno dela, a ser “derrubada” ou “derrotada”. Isto é, havia grupos e movimentos que pretendiam derrubá-la pela luta armada e aqueles que procuravam outros meios para derrotá-la politicamente. Todos propunham a necessidade de opor-se à ditadura, independentemente dos projetos políticos diferenciados que davam base a cada grupo político ou movimento, desde os projetos revolucionários nacionalistas, como o comandado por Leonel Brizola, passando pela proposta do PCB de revolução pacífica, nacional e democrática, até aqueles que propunham uma revolução socialista.

O golpe gerou várias dissidências no PCB, críticas das supostas moderação e passividade da maioria de sua direção. Carlos Marighella liderou os que criaram a Ação

² Já foi produzida uma extensa bibliografia sobre a oposição clandestina à ditadura, tema analisado nos livros pioneiros de Jacob Gorender (1987), e Daniel Aarão Reis (1991).

Libertadora Nacional (ALN), a organização guerrilheira mais destacada, que se inspirava pela revolução cubana. Outra cisão importante redundou na criação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Houve ainda muitas dissidências, sobretudo estudantis, organizadas em todo o país.

Grupos de esquerda atuantes antes de 1964, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) e a esquerda nacionalista continuaram em ação após o golpe, todos suscetíveis a cisões, que geraram grupos como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), os Comandos de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR), a Ala Vermelha do PCdoB, e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

A esquerda brasileira converteu-se, em pouco tempo, num mosaico de dezenas de pequenas organizações políticas. Elas divergiam quanto ao caráter da revolução brasileira (nacional-democrática ou socialista), sobre as formas que a luta revolucionária deveria assumir (pacífica ou armada; se armada, guerrilheira ou insurrecional; centrada no campo ou na cidade), sobre o tipo de organização política necessária para conduzir a revolução (partido leninista ou organização guerrilheira). Entretanto, havia em comum a proposta de fazer frente à ditadura. O PCB buscava alianças com a oposição legal e moderada, buscando “derrotar” politicamente o regime militar. Já a maioria dos demais grupos de esquerda, apesar de suas diferentes propostas, convergiam na necessidade de “derrubar” a ditadura pelas armas.

Houve várias tentativas de organizar uma oposição armada. A começar pelas iniciativas nacionalistas logo depois do golpe, comandadas por Leonel Brizola no exílio no Uruguai, frustradas em 1967 após a prisão de militantes que treinavam para uma eventual guerrilha na serra de Caparaó. Depois vieram as ações de guerrilha urbana da ALN, da VPR e de muitos outros pequenos grupos. Finalmente, houve a Guerrilha do Araguaia, promovida pelo PCdoB e derrotada militarmente no começo de 1974. Todas foram aniquiladas, o governo não hesitou em prender, torturar, matar e exilar seus adversários, especialmente aqueles ligados a organizações clandestinas, armadas ou não.

A oposição institucional

Num primeiro momento, antes do surgimento da esquerda armada, o regime sentiu-se mais ameaçado pela oposição moderada que, em outubro de 1965, demonstrou força política nas eleições diretas para o governo de onze unidades da federação. A

aliança entre PSD e PTB triunfou nos dois estados mais importantes em que houve eleição, Guanabara e Minas Gerais, até então governados respectivamente pelos udenistas Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, dois dos principais líderes civis do golpe de 1964. Apesar da moderação dos governadores eleitos, a vitória foi vista pelo governo federal e pelas Forças Armadas como ameaça à continuidade da nova ordem.

Diante desse quadro, o presidente Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965.³ Ele dava ao presidente liberdade para governar por decreto, fechar o Congresso, suspender direitos políticos e cassar mandatos. Determinava ainda eleições indiretas para a presidência da República. O regime passou a ganhar contornos ditatoriais mais nítidos, frustrando a expectativa de políticos civis que apoiaram o golpe mas esperavam que os militares voltariam logo aos quartéis. Carlos Lacerda, que postulava sua candidatura às eleições diretas presidenciais previstas para 1966, desentendeu-se com os antigos aliados e acabou sendo cassado. Na oposição, tentou articular uma Frente Ampla com os ex-presidentes, igualmente já cassados, João Goulart e Juscelino Kubitschek. A iniciativa foi logo proibida pelos militares e não seguiu adiante.

O AI-2 também extinguiu os partidos políticos existentes. Em seguida, o Ato Complementar n. 4 instituiu o bipartidarismo como solução para garantir ao governo maioria estável no Congresso Nacional. Assim surgiram a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), órgão da oposição majoritariamente moderada e construtiva. O bipartidarismo consolidou-se e continuou vigente por quatorze anos.⁴

Alguns setores da sociedade civil, sobretudo das classes médias que haviam dado apoio inicial ao golpe, foram-se desencantando com o progressivo fechamento político, associado à recessão econômica entre 1964 e 1968. Esta situação, somada às denúncias de desrespeito aos direitos humanos de opositores presos, levou a maior parte da Igreja Católica a retirar seu apoio ao regime, constituindo-se nos anos seguintes em um dos principais focos de oposição, que entretanto sempre se abriu ao diálogo com

³ O primeiro ato institucional, de abril de 1964, continha medidas de perseguição aos considerados subversivos, entre outras que fortaleciam o poder central. Mas manteve a Constituição de 1946 e o calendário eleitoral. O ato inicialmente não teve número e estabelecia seu prazo de validade até janeiro de 1966.

⁴ Sobre o MDB, ver as obras de Maria Dalva Kinzo (1987), Rodrito Motta (1997), e Ana Beatriz Nader (1998). A Arena foi tema para Lúcia Grinberg (2009). Sobre Estado e oposição, ver Maria Helena Moreira Alves (1985).

os donos do poder, como apontou por exemplo Ken Serbin (2001).

Apesar da repressão a suas lideranças e entidades após o golpe, paulatinamente o movimento estudantil recuperou suas forças, reorganizou-se e passou a expressar o crescente descontentamento social, que não encontrava vazão nos marcos institucionais do regime. Os estudantes foram-se tornando os agentes sociais mais visíveis da oposição, como indicam as obras de João Roberto Martins (1987), Victoria Langland (2013), entre outras. Em 1968, organizaram grandes manifestações de rua em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nesse mesmo ano, em articulação com eles, despontou um setor radical no movimento operário, que deflagrou greves expressivas em Contagem e em Osasco contra a política econômica que impunha contenção salarial.

O governo do marechal Costa e Silva, sucessor de Castelo Branco em 1967, oscilou entre o diálogo e a repressão aos movimentos de 1968, que se inseriam numa conjuntura internacional de revolta, por exemplo, contra a guerra do Vietnã, promovida pelos Estados Unidos. No Brasil, o descontentamento com a ditadura evidenciava-se em peças teatrais, canções, filmes, romances, poemas, quadros e outras obras de arte, nos protestos de rua, nas páginas dos jornais.⁵

No interior do MDB organizou-se um setor mais aguerrido que procurou representar as ruas no Congresso, em apoio ao movimento estudantil. Foi um discurso do deputado Márcio Moreira Alves – tido como uma ofensa nos quartéis – que deu pretexto para a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), após a recusa dos parlamentares a conceder licença para o governo processar o deputado, que gozava de imunidade parlamentar garantida pela Constituição de 1967.

O AI-5 significou a quebra da legalidade imposta pelo próprio regime; dava poderes quase ilimitados ao presidente da República, por exemplo, para legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos, cassar mandatos eletivos, suspender o *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional, julgar crimes políticos em tribunais militares, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos.

A arquitetura política do regime, entre força e convencimento, pendeu

⁵ Marcos Napolitano (2011) propôs uma tipologia para compreender a “resistência cultural” de: comunistas, liberais, cristãos e nova esquerda dos anos 1970. Este último tema foi tratado também por Maria Paula Araújo (2000). Napolitano buscou dialogar criticamente com a interpretação clássica de Roberto Schwarz (1970).

fortemente para a primeira após a edição do AI-5. O Congresso ficou fechado quase um ano, muitos parlamentares foram cassados, opositores detidos, consolidou-se uma censura rígida aos meios de comunicação, artes e espetáculos. O aparelho da polícia política foi incrementado e reorganizado.

Legitimação da ordem e oposição

A força não bastava, contudo, para garantir a estabilidade da dominação. Seria preciso encontrar algum mecanismo para a aceitação pacífica da ordem estabelecida. A partir de 1969, ficou clara a busca de legitimidade na retomada a todo vapor do desenvolvimento econômico, que vinha em alta desde 1967, concomitante à repressão contra os opositores e às medidas de reorganização da sociedade. Difundia-se a ideia de que só foi possível retomar o progresso nacional devido à manutenção da ordem pública pelos governos militares. A legitimação do regime passou a ancorar-se em seu êxito modernizador, que envolvia ainda medidas de assistência social.

Fosse fruto de um plano arquitetado desde ao menos o começo dos anos 1960 por uma aliança de militares com o empresariado nacional e multinacional, como propôs Dreifuss (1981), fosse resultado quase aleatório de um jogo pragmático dos donos do poder, como parece considerar Gaspari (2002), o fato é que desde 1964 foi-se constituindo um projeto de modernização da sociedade brasileira a partir de medidas econômicas e políticas do Estado autoritário, associadas à iniciativa privada, o que se convencionou chamar de modernização conservadora, tomando emprestado o termo de Barrington Moore Jr. (1967).⁶ Isto é, os governos militares promoveram o desenvolvimento, embora à custa do cerceamento das liberdades democráticas e com grande concentração de riquezas, não pelo viés do capitalismo de massas, sonhado por Celso Furtado e outros nacional-desenvolvimentistas antes do golpe. Ao contrário do que inicialmente pensaram seus adversários, a ditadura impôs um projeto de modernização da sociedade, que ficou evidenciado a partir de 1970 com o chamado “milagre brasileiro” na economia.

O regime, entretanto, não apostou todas as suas fichas de legitimação apenas no desenvolvimento. No fim de 1969, tratou de reabrir o Congresso, devidamente expurgado, para “eleger” o general Emílio Garrastazu Médici como novo presidente da República. A oposição organizada no MDB absteve-se de votar. Em descrédito, o

⁶ Há quem fale em modernização autoritária, mas prefiro manter o termo inspirado na obra de Moore Jr. (1967)

partido sofreu sua maior derrota política em 1970, quando parte dos descontentes com a ordem estabelecida votou nulo ou em branco nas eleições parlamentares. Apesar do recorde de votos brancos e nulos, a Arena venceu folgadoamente as eleições, baseando sua campanha no sucesso do “milagre”.

A repressão e o desenvolvimento desarticularam as oposições por algum tempo, até porque uma boa parte delas compartilhava as iniciativas modernizadoras do governo. Mas o “milagre” não duraria muito, em 1973 e 1974 já surgiam sinais de crise econômica, levando o regime a buscar novas âncoras para manter sua estabilidade. A repressão, o êxito econômico, medidas modernizadoras e de assistência social não bastavam para assegurar a ordem. Ademais, montou-se uma máquina repressiva dentro das Forças Armadas que passou a agir com relativa autonomia, pondo em risco a hierarquia da instituição.

A tese de uma “transição lenta, gradual e segura” para a democracia começou a ganhar força entre os militares e seus aliados civis, mas eles consideravam também que os críticos mais radicais da ordem estabelecida deviam ficar sob controle ou até ser eliminados. Em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República. Promoveu uma “política de distensão”, também denominada “abertura política”, iniciando a transição democrática, que ainda duraria, com avanços e recuos, até a eleição indireta de um civil para a Presidência em 1984.

Após a derrota eleitoral de 1970, setores do MDB convenceram-se da necessidade de construir uma atuação oposicionista mais consistente, indispensável à sobrevivência do partido, presidido desde 1971 por Ulysses Guimarães, antigo político do PSD. A oportunidade veio com a distensão iniciada no governo Geisel. Candidatos do MDB usaram o horário eleitoral gratuito na televisão para fazer críticas ao governo durante a campanha eleitoral parlamentar de 1974. Buscavam representar certo descontentamento com a ditadura, que ficara indicado pelo número elevado de votos nulos e brancos em 1970, e que vinha aumentando com os problemas do “milagre econômico”. Os resultados eleitorais mostraram que o descontentamento era maior do que se supunha: com apoio concentrado nos grandes centros urbanos, o MDB teve mais votos que a Arena para o Senado, embora perdesse por pequena margem no sufrágio para a Câmara Federal. Apesar de manter sua maioria no Congresso, o governo ficou assustado, mesmo considerando que os eleitos pelo MDB eram geralmente moderados e até aderiam às diretrizes governamentais.

Setores das Forças Armadas tramaram contra a distensão de Geisel, que teve força política para derrotá-los, como no caso da demissão do ministro do Exército, Sílvio Frota, em outubro de 1977. Por outro lado, o regime não poupou esforços para reprimir os partidos clandestinos de esquerda. Foi em seu governo que se deu o extermínio da guerrilha do Araguaia, com toda sorte de desrespeito aos direitos humanos, até mesmo o desaparecimento dos corpos dos guerrilheiros executados, que se tornaram desaparecidos políticos. Eliminada a oposição em armas, a repressão voltou-se para outros grupos. Por exemplo, em 1975, o PCB – que sempre apoiou o MDB – teve dirigentes presos ou mortos. Em dezembro de 1976, líderes do PC do B foram executados pelo Exército enquanto se reuniam numa casa do bairro paulistano da Lapa. A direção dos dois partidos ficou praticamente desarticulada.

Aos trancos e barrancos seguia a política de distensão que levou ao fim do AI-5, com base em emenda constitucional de outubro de 1978. A política era de vaievéns, com recuos notáveis como o do chamado “pacote de abril” em 1977, que impôs medidas para assegurar o controle do governo sobre o processo político e econômico, após recesso temporário do Congresso Nacional, por este ter-se recusado a aprovar o projeto governamental de reforma do poder Judiciário. Adotaram-se medidas como a continuidade de eleições indiretas para os governos estaduais e federal, eleição indireta de um terço dos senadores – o que garantia colégios eleitorais com maioria da Arena –, restrições às campanhas eleitorais no rádio e na televisão, e algumas cassações de parlamentares. O Congresso foi logo reaberto e o governo seguiu com o projeto de distensão, mas ficou evidente para a oposição que o regime pretendia ditar a forma, o conteúdo e o ritmo da abertura política.

Com as restrições impostas, nas eleições parlamentares de 1978, o MDB só conseguiu manter a votação que conseguira quatro anos antes. A oposição seguiu minoritária no Congresso, mas o sistema bipartidário deixara de ser funcional para o regime. Ao agregar num único partido todas as forças de contestação, agora muito mais fortes do que antes, o governo nada tinha a ganhar. Àquela altura, o MDB era mais uma frente política que um partido, com várias facções internas.

A oposição institucional também se deu em órgãos da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que entretanto tiveram posições que variaram ao longo dos anos entre colaboração e resistência, como demonstrou por exemplo Denise Rollemberg (2008, 2010). A atuação

da imprensa também foi repleta de ambiguidade entre opor-se e colaborar com a ditadura.⁷

A ambiguidade explica-se, em parte, porque a modernização exigia profissionais capacitados, muitos deles de oposição. Por exemplo, amadureceu a indústria cultural sob uma ditadura que, de um lado, incentivava a cultura, e de outro a censurava seletivamente. Alguns professores incômodos eram afastados, mas a pesquisa e a tecnologia foram financiadas até no meio universitário mais avesso ao regime.

Na segunda metade dos anos 1970, surgiram movimentos sociais em busca de expressão na cena política, revelando a insatisfação e o desejo de participação de organizações de bairro, de favela, de donas de casa, de negros, de mães, de mulheres, contra a carestia, por creches, por moradia, comissões de saúde e assim por diante. Frequentemente eles se articulavam com as comunidades eclesiais de base da igreja Católica, com o “novo sindicalismo”, e com remanescentes da esquerda clandestina, conforme apontaram pesquisadores como Eder Sader (1988) e Marco Perruso (2009).

Em 1977, o movimento estudantil ressurgiu em manifestações de rua, reivindicando liberdades democráticas. O movimento vinha-se reorganizando lentamente nos anos anteriores, num processo que culminou em 1979 com a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que havia sido extinta dez anos antes, em consequência de dura repressão.⁸ Apesar de terem tomado a dianteira na retomada das manifestações públicas, o estudantes passaram a ser coadjuvantes na cena política de oposição após as greves operárias que ganharam corpo a partir de 1978.

Tornou-se emblemática a figura do líder dos trabalhadores de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio da Silva, o Lula. Quando eclodiram as grandes greves de 1978, 1979 e 1980, ele ocupava a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos. Lula era originário da estrutura sindical oficial e ligada ao Estado, que foi mantida pelo regime militar, uma vez expurgada das lideranças tidas como subversivas depois de 1964. Inicialmente despolitizado, apesar de ter um irmão mais velho comunista, fez carreira no sindicato a partir de 1969. A princípio, em meados dos anos 1970, o discurso e a prática de Lula e seus companheiros iam na direção de um sindicalismo sem ambições políticas, voltado a conseguir melhorias trabalhistas, mais interessado em acordos do

⁷ Ver sobre a imprensa, entre outras obras, as de Bernardo Kucinski (1991), e Beatriz Kushnir (2004).

⁸ Sobre o movimento estudantil dos anos 1970, ver as obras de Renato Cancian (2010), e Mirza Pellicciotta (2012), entre outras.

que em luta de classes. Por isso Lula chegou a ser elogiado pelos donos do poder econômico e político, que viam nele um líder operário confiável, parecido com certos sindicalistas norte-americanos.

Nos piores anos da repressão, entre 1968 e 1978, o total de sindicatos oficiais na área urbana saltou 53,3%, foi de 2.616 a 4.009. Nas regiões rurais houve crescimento ainda mais expressivo, ligado à iniciativa da ditadura militar, que atrelava os sindicatos ao sistema previdenciário e a convênios assistenciais: de 625 sindicatos em 1968, o total chegou a 1.669 em 1975, conforme dados do IBGE organizados por Armando Boito (1991: p.177-181). Esses números, bem como a trajetória inicial de Lula, são indicativos das relações complexas também dos trabalhadores do campo e da cidade com a ditadura, que reprimia os líderes dos sindicatos mais combativos, mas incentivava os que se integravam à nova ordem e seu sistema assistencial, buscando assim legitimar-se.

A organização social, política e econômica estabelecida, contudo, impunha limites às concessões aos trabalhadores. A crise do milagre econômico, o arrocho salarial, a crescente concentração de riquezas, a insatisfação com as medidas repressivas, as mudanças na conjuntura política, entre outros fatores levaram à politização de uma parte da classe trabalhadora. A partir de 1978, a dinâmica das greves ganhou todo o território nacional, como expressão do “novo sindicalismo”, que se constituiu num dos principais movimentos de oposição à ditadura, embora organizado dentro de sua estrutura institucional.⁹ As greves levaram a ganhos materiais relativamente modestos e geraram repressão governamental, com intervenção em sindicatos e várias prisões, inclusive a de Lula, em 1980. Então, foi amadurecendo a proposta de um setor da classe trabalhadora, que passou a defender a construção de um novo partido de oposição, com base na experiência de luta nos sindicatos e nos movimentos populares que cresciam paralelamente, sobretudo na periferia das grandes cidades. A oportunidade institucional veio em 1980, com o fim do bipartidarismo, que propiciou o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT).¹⁰

A oposição nos momentos finais da ditadura

O general João Baptista Figueiredo, sucessor de Geisel na Presidência, deu

⁹ Ver a respeito, neste volume, o capítulo de Ricardo Antunes e Marco Santana.

¹⁰ Há uma extensa bibliografia sobre o PT, particularmente sobre seus primeiros anos. Ver, por exemplo, os livros de Margaret Keck (1991), Rachel Meneguello (1989), e Lincoln Secco (2011).

continuidade ao processo de distensão. Promoveu a anistia em agosto de 1979, dando uma resposta institucional para as mobilizações da oposição, que envolveram várias entidades, do pioneiro Movimento Feminino pela Anistia criado em 1975 aos Comitês Brasileiros pela Anistia a partir de 1978, tema que vem sendo estudado por pesquisadores como Janaína Teles (2005).

Figueiredo conduziu a reforma política que buscava preservar um partido de sustentação do governo, dividindo a oposição. No final de 1979 encaminhou ao Congresso um projeto de reforma partidária, que foi aprovado contra a vontade do MDB, embora desse vazão a desejos de setores oposicionistas de assumir sua particularidade. O projeto impôs o fim das legendas Arena e MDB e definiu normas para a constituição de novos partidos, mas excluindo a possibilidade de legalização dos comunistas.

A Arena converteu-se no Partido Democrático Social (PDS). Manteve maioria na Câmara Federal. O antigo MDB passou a denominar-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Surgiram mais quatro partidos institucionais de oposição. O Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves, fazia oposição bem moderada. O Partido Democrático Trabalhista (PDT), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), rivalizavam pela herança do trabalhismo. Estes dois últimos contaram de início com poucos deputados, assim como o PT, que ocupou uma faixa mais à esquerda. O PCB, o PCdoB e várias outras pequenas agremiações continuavam clandestinas, sem possibilidade de legalizar-se. Entretanto, a maioria atuava institucionalmente, sobretudo dentro do PMDB e do PT. A proposta de protesto pela anulação do voto nas eleições, que vinha mingando eleição após eleição desde 1974, já praticamente não tinha adeptos.

Com a proibição de alianças partidárias nas eleições diretas para governador em 1982, a maioria do PP integrou-se ao PMDB para melhorar as oportunidades eleitorais de seus candidatos. O PMDB elegeu governadores, com destaque para São Paulo e Minas Gerais. No Rio de Janeiro venceu o PDT de Leonel Brizola, cabendo ao PDS a maioria em estados menores, sobretudo do Nordeste. As oposições, porém, não obtiveram a maioria das cadeiras no Congresso Nacional, nem no Colégio Eleitoral que elegeria indiretamente o novo Presidente da República.

Apesar das manifestações de rua que reuniram milhões de pessoas em todas as principais cidades do país em favor da aprovação da emenda constitucional que previa a

realização de eleições diretas para a Presidência da República em 1984, que ficaram conhecidas como movimento pelas “diretas já”, a oposição não conseguiu maioria para garantir sua aprovação no Congresso.

Favorito para ganhar as eleições indiretas, o PDS dividiu-se entre dois candidatos nas suas prévias internas à sucessão presidencial: o militar Mário Andreazza e o ex-governador civil de São Paulo, Paulo Maluf, que acabou triunfando. Sem aceitar a candidatura de Maluf, os dissidentes formaram a Frente Liberal, que mais tarde deu origem ao Partido da Frente Liberal (PFL). Negociaram com o PMDB e acabaram apoiando Tancredo Neves nas eleições indiretas. Obtiveram a vice-presidência na chapa, para a qual foi indicado José Sarney, antigo líder do PDS.

Com a nova correlação de forças no colégio eleitoral, os oposicionistas foram eleitos. A morte súbita de Tancredo levou ao governo de Sarney. Ou seja, o primeiro governo após o ciclo dos generais, geralmente considerado o marco do fim da ditadura, foi chefiado pelo antigo líder do partido do governo Figueiredo. Fato que mostra bem a intrincada simbiose política entre oposição e situação no período da transição democrática.

Um episódio envolvendo intelectuais e o MDB pode ilustrar as ambiguidades da oposição que acabaria triunfando com a eleição de Tancredo Neves. Em 1973, Ulysses Guimarães procurou os cientistas sociais – muitos deles afastados à força da universidade – que haviam criado em São Paulo o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). O principal dirigente do MDB buscava ajuda para a sua campanha como candidato às eleições indiretas à presidência da República. Ele sabia não ter chance no colégio eleitoral diante de Geisel, o candidato do regime, mas lançou-se para ocupar o espaço institucional, tentando reerguer seu partido, que andava em baixa. Alguns membros do Cebrap – como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Francisco de Oliveira – aceitaram participar como um grupo de apoio, que era remunerado. Segundo este último, seis pesquisadores originários do Cebrap foram a Brasília para discutir o programa elaborado a pedido de Ulysses Guimarães, que reuniu a alta cúpula do MDB, quase toda vinda do antigo PSD: Ulysses, Amaral Peixoto, Thales Ramalho, Tancredo Neves e Nelson Carneiro. E ainda André Franco Montoro, que tinha origem na democracia cristã e teria sido o único a comentar algo na ocasião. Os outros ouviram, impassíveis, silenciosos e formais, sem se comover com os dados apresentados, como a distribuição de renda concentradora de riquezas. Oliveira concluiu

que o problema deles era a ditadura, não o regime econômico.¹¹

O episódio revela vários aspectos, como a heterogeneidade da oposição à ditadura, o predomínio dos setores mais moderados dentro do MDB, e ainda a existência de uma oposição no meio intelectual, que tinha aspectos radicais mas também se profissionalizava dentro da ordem do regime.

A oposição aos atos de força da ditadura nem sempre significou contestar seus esforços de institucionalização, que acompanharam o processo de modernização conservadora da ordem estabelecida. Ademais, a política econômica de crescimento era apoiada pelas classes dirigentes e por vários setores da sociedade civil, que não raro fechavam os olhos para as arbitrariedades do regime, ou até as apoiavam expressamente.

Resistência e integração

Modernização, desenvolvimento capitalista, autoritarismo e lutas sociais pela constituição de uma esfera pública, ou até mesmo de um outro tipo de sociedade, entrelaçaram-se de tal maneira, sobretudo a partir dos anos 1970, que qualquer desses aspectos só pode ser compreendido levando em conta os demais. Isso talvez ajude a explicar a atualidade da discussão sobre os tempos da ditadura, 50 anos após o golpe e quase 30 depois da volta do governo a um presidente civil. Em 1987, o debate sobre o Estado Novo de 1937 não tinha nem de longe a mesma repercussão que hoje ainda tem o golpe de 1964. Afinal, as bases da sociedade em que vivemos foram construídas a partir dali.¹²

A organização da ordem produtiva, do poder judiciário, do sistema partidário, da previdência e dos mecanismos de assistência social, da indústria cultural, do complexo de telecomunicações, das polícias, dos bancos e finanças, do sistema de ensino, inclusive nas universidades e na pós-graduação, tudo isso tem raízes naquele período decisivo da modernização conservadora da sociedade brasileira. Ela não se deveu só aos militares, mas também a seus aliados civis, que levaram em conta a ação das oposições, cujas demandas procuraram contemplar a seu modo, quer com medidas impostas ou negociadas, o que significa que elas também participaram desse processo.

¹¹ A entrevista de Oliveira foi publicada na revista *Margem Esquerda* (Jinkings et alii, 2007).

¹² Ver, por exemplo, o livro *O que resta da ditadura*, organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle (2010).

Eis um exemplo de como o uso da força não significava necessariamente ignorar a oposição, antes procurando resolver suas reivindicações de modo palatável à consolidação de uma nova ordem, modernizada autoritariamente. Em pleno governo Medici, o ex-coronel Jarbas Passarinho ocupou o Ministério da Educação e Cultura, sob vigência de uma forte legislação repressiva (especialmente o Decreto nº. 477), que durante alguns anos conseguiu calar o movimento estudantil. Ao mesmo tempo, levou adiante a reforma universitária e do ensino médio que procurava dar resposta – nos termos do governo – às reivindicações de estudantes nas ruas em 1968, como o fim da cátedra e a ampliação de vagas no ensino superior. Ele escreveu em suas memórias que o plano inicial era implantar o ensino superior público pago. Isso só não teria ocorrido devido à resistência interna no governo, “receoso da agitação estudantil”, segundo Passarinho (1996). Certamente também deve ter sido considerada a correlação de forças nas instâncias dirigentes das universidades, onde havia forte enraizamento das propostas de ensino público e gratuito, que só foram parcialmente contornadas com a crescente abertura para o ensino superior privado.

Ou seja, as lutas da oposição estudantil não foram em vão: apesar da derrota do movimento, a ação dos estudantes ajudou a moldar as reformas do governo, que pautava suas ações levando em conta possíveis respostas dos opositores. O mesmo se deu em tantos casos mais. Para ficar apenas em mais um, envolvendo o mesmo ministro, ele implantou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1971, como resposta ao método politizado de alfabetização de adultos levado adiante por Paulo Freire antes de 1964.

Usando termos gramscianos, sob a ditadura, contraditoriamente, estabeleceram-se as bases para a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. Isto é, a sociedade organizou-se em moldes capitalistas contemporâneos, tendendo a fundamentar-se mais no convencimento do que na força, que entretanto segue presente. A organização capitalista da sociedade nos moldes em que se estabeleceu no Brasil tornou-se algo naturalizado, como se fosse o caminho necessário da modernidade, aceito até mesmo pelos partidos identificados com os trabalhadores, que entretanto buscariam atuar num sentido de mitigar os efeitos socialmente perversos do sistema.

Possivelmente, quanto mais a ordem capitalista se consolidar no Brasil, mais avançarão as revisões historiográficas no sentido de matizar o uso da força durante o regime militar, ressaltando seu aspecto modernizador, tomado como positivo em si

mesmo. Veja-se o debate sobre a “ditabranda”, a partir de um polêmico editorial da *Folha de São Paulo*, de 17 de fevereiro de 2009, que usava a expressão.

O regime implantado em 1964 foi o coroamento de um longo processo de revolução burguesa no Brasil, sob bases autoritárias, como propôs Florestan Fernandes (1974). Indo além: a complexidade da modernização, com o tempo, tornou anacrônicos os moldes autoritários explícitos. Lentamente, em oposição mas também em interação com as políticas governamentais, foi-se consolidando contraditoriamente uma esfera pública, com regras para arbitrar as condutas e os embates entre os agentes sociais para estabelecer direitos e deveres legalmente reconhecidos, inclusive de competição eleitoral. Isso ocorria em paralelo com a tradicional troca de favores, prática herdada de uma sociabilidade de características pré-capitalistas. Em outros termos, avançaram as lutas pelos direitos sociais e pela democracia, num sentido civilizador, mas dentro do capitalismo, que segue sem ser ameaçado em sua peculiar caracterização na sociedade brasileira, em que – apesar de eventuais melhorias para os mais pobres – o “moderno” é indissociável do “atraso” e as desigualdades sociais eternizam-se como se fossem naturais.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada – as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BOITO, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.
- CANCIAN, Renato. *Movimento estudantil e repressão política – o ato público da PUC/SP e o destino de uma geração de estudantes*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. 2.ed. Petropolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. [1974]
- FICO, Carlos. *Além do golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GASPARI, E. *As ilusões armadas – A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 6 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. [1948]
- GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Maud X, 2009.
- JINKINGS, Ivana; MAAR, Wolfgang Leo; RIDENTI, Marcelo. “Entrevista: Francisco de Oliveira”. *Revista Margem Esquerda*, n. 10. São Paulo: Boitempo, novembro de 2007.
- KECK, Margaret. *PT – a lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria Dalva Gil Kinzo. *Oposição e autoritarismo, gênese e trajetória do MDB, 1966/1979*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LANGLAND, Victoria. *Speaking of Flowers: Student Movements and the Making and Remembering of 1968 in Military Brazil*. Duke University Press, 2013.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas, Papirus, 1987.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT – a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos, s.d. [1967]
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e sociedade – a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil – memórias*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1996.
- PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Liberdade e luta: considerações sobre uma trajetória política (anos 1970)*. Doutorado em História Social. UNICAMP, 2012.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em Busca do "Novo" – intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.
- REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2010.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução: do CPC à era da TV*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2013.
- ROLLEMBERG, Denise. *Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)*. In: Daniel Aarão Reis; Denis Rolland. (Org.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

- ROLLEMBERG, Denise . *As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)*. In: Denise Rollemberg; Samantha Viz Quadrat. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Ed. 2011
- SERBIN, K. P. *Diálogos na sombra: bispos e militares: tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964-1969*. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 61-92, 1978. [“Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969”, *Les Temps Modernes*, n.288, Paris, julho 1970]
- TELES, Edson ; Safatle, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura – a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TELES, Janaína. *Os herdeiros da memória – a luta de familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil*. Mestrado em **História Social**, Universidade de São Paulo, 2005.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. vol. 2. Brasília: ed. UnB, 1999. [1922]